

SUMÁRIO

SOBRE A SÉRIE – ANTONIO JOSÉ FERREIRA ABIKAIKAR	11
PREFÁCIO – JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE	13
NOTA DO AUTOR	15

PORTE I

O CONCEITO DE CONEXIDADE

1. DE UMA ANÁLISE DA DEMANDA À CONCEITUAÇÃO DA CONEXIDADE	23
1.1 De volta a uma metáfora de Liebman (à guisa de introdução)....	23
1.2 Conexidade: importância do tema	27
1.3 O método.....	28
1.4 Pescatore e os elementos da demanda.....	30
1.5 A <i>causa petendi</i>	37
1.6 O conteúdo da <i>causa petendi</i> ativa: substanciação vs. individuação.....	39
1.7 Demandas autodeterminadas e demandas heterodeterminadas .	43
1.8 Relatividade das teorias expostas	46
1.9 Delimitação das principais diferenças entre substanciação e individuação.....	48
1.10 A <i>causa petendi</i> ativa no Código de Processo Civil	55
1.11 O conteúdo da <i>causa petendi</i> passiva.....	60
1.12 Os elementos concretos da <i>causa petendi</i> e o papel por eles desempenhado na identificação das relações de conexidade	72
1.13 O pedido mediato e a conexidade entre demandas.....	81
1.14 Redutibilidade da teoria materialista à teoria clássica	85
1.15 Contribuição da teoria carneluttiana: padrão de conexidade que a teoria clássica não permite identificar	88
1.16 As relações lógicas de oposição entre os elementos concretos das demandas	96

1.17 A conexidade por relações de oposição entre os elementos concretos das demandas: ausência de previsão no Código de Processo Civile aceitação na jurisprudência	108
1.18 Extensão da identidade ou da oposição entre os elementos concretos das demandas, capaz de suscitar conexidade entre elas ...	111
1.19 Conexidade por subordinação lógica de uma demanda a outra (prejudicialidade entre demandas)	114
1.20 Acessoriedade e garantia: espécies de prejudicialidade entre demandas	122
1.21 “Ações concorrentes”	127
1.22 Conceito e critérios para aferição da conexidade entre demandas	135
1.23 Conexidade, litispendência e continência.....	143
1.24 Conexidade e seus efeitos: distinção	157

PARTE II

EFEITOS DA CONEXIDADE

2. TÉCNICAS PARA A OBTENÇÃO DE HARMONIA ENTRE JULGADOS.....	159
2.1 Efeitos da conexidade: importância do tema	159
2.2 Harmonia entre julgados: justiça formal.....	161
2.3 A reunião de demandas conexas é um dever, mas – como ocorre com todos os deveres – sua obrigatoriedade conhece exceções....	170
2.4 Reunião de demandas conexas e competência.....	180
2.5 Competência: conceitos	181
2.6 Da norma abstrata ao caso concreto: determinação, modificação e concentração da competência	182
2.7 Normas de determinação da competência	184
2.8 Normas de concentração da competência.....	188
2.9 (Continuação): Atribuição de demandas aos juízos competentes em abstrato	190
2.10 (Continuação): Distribuição por dependência de demandas conexas	194

2.11 (Continuação): Prevenção	196
2.12 Competências absoluta e relativa.....	209
2.13 Normas de modificação da competência	211
2.14 A modificação da competência: prorrogação e derrogação	212
2.15 Fatores de modificação da competência	218
2.16 Competência territorial e competência em razão do valor	220
2.17 Peculiaridades da hipótese de modificação da competência pela reunião de demandas conexas.....	226
2.18 (Continuação): A conexidade entre demandas deve ser conheci- da de ofício, assim como deve ser ordenada a reunião	229
2.19 (Continuação): Concurso de normas modificadoras da compe- tência: prevalência do fator de modificação legal	231
2.20 Síntese sobre a relação entre conexidade e modificação da com- petência	232
2.21 Falsas modificações da competência em razão da reunião de demandas conexas.....	235
2.22 (Continuação): Foros concorrentes	237
2.23 (Continuação): Conexidade entre demandas que tramitam em órgãos distintos, quando apenas um deles é competente.....	239
2.24 (Continuação): Conexidade entre demandas que tramitam em órgãos distintos – um deles competente apenas para a que lhe foi atribuída, o outro competente para ambas	240
2.25 A incompetência	241
2.26 Reunião de demandas conexas e competência: síntese	242
2.27 Reunião em sentido estrito, fusão e reunião circunscrita ao juízo: variações da técnica de reunião de demandas	244
2.28 A suspensão do processo em razão da conexidade.....	249
2.29 Limites do dever de reunião: síntese.....	258
3. FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO	261
3.1 Reunião de demandas conexas e flexibilização do procedimento.	262
3.2 Rigidez e flexibilidade dos procedimentos	263
3.3 Rigidez procedimental: vantagens e desvantagens	269

3.4 (Continuação): Rigidez procedimental e lealdade processual – e, em sentido inverso, flexibilidade procedimental e chicaneria	269
3.5 (Continuação): Rigidez procedimental e economia processual – e, em sentido inverso, flexibilidade procedimental e prodigalidade de atos processuais	271
3.6 (Continuação): Rigidez procedimental e contraditório.....	274
3.7 (Continuação): Rigidez procedimental e igualdade entre as partes	277
3.8 (Continuação): Rigidez procedimental e celeridade processual	279
3.9 Três considerações sobre a garantia da razoável duração do processo	288
3.10 (Continuação): A multiplicidade de causas da morosidade judicial – ou “o problema não é das normas processuais”	290
3.11 (Continuação): Razoável duração do processo para quem?	296
3.12 (Continuação): A duração razoável é da prestação de tutela jurisdicional efetiva, não do processo pura e simplesmente.....	298
3.13 O direito de ação e a rigidez procedimental: premissas para a flexibilização do procedimento	303
3.14 O dever de reunião de demandas conexas e a rigidez procedimental: premissas para a flexibilização do procedimento.....	312
3.15 As razões do argumento pró-reunião de demandas conexas e contra a observância de regras preclusivas	313
3.16 A regra de flexibilização do procedimento em decorrência da reunião de demandas conexas.....	316
3.17 Demandas autorais incidentais intempestivas	327
3.18 Intervenção litisconsorcial voluntária	332
3.19 Que situações substanciais conexas podem ser deduzidas por demandas incidentais intempestivas: apenas as supervenientes à preclusão, ou também aquelas já existentes ao tempo do ajuizamento da ação?	336
3.20 Reconvenções intempestivas	339
3.21 Demandas declaratórias incidentais intempestivas.....	347
3.22 Contestações intempestivas.....	351

3.23 Falsos problemas decorrentes da admissibilidade de contestações intempestivas: o efeito da revelia	356
3.24 (Continuação): Demandas contraditórias e o risco de incompatibilidade prática entre julgados.....	361
3.25 (Continuação): Demandas contraditórias, instrumentalidade das formas e sistema recursal.....	367
3.26 O contraditório e o objeto litigioso do processo: a reunião de demandas conexas como técnica de aceleração da tutela jurisdicional	372
3.27 Balanço das hipóteses de flexibilização do procedimento, em decorrência da reunião de demandas conexas.....	377
BIBLIOGRAFIA	381